

**Apontamentos sobre o artigo “O que quer a lingüística e o que se quer da lingüística – a delicada questão da assessoria lingüística no movimento indígena” por Gilvan Müller de Oliveira (Cadernos Ceres 49: Educação Indígena e Interculturalidade, dezembro de 1999, páginas 26-38).**

**Dr. Robert A. Dooley, outubro de 2001**

Achei excelentes os princípios apresentados por Dr. Gilvan. É muito válido e bastante necessário que um assessor lingüístico entenda que as normas da escrita não são “deduzíveis ‘científica’ e univocamente do aparato de análise do lingüista” (p. 27), mas da comunidade falante que é dona da língua e, portanto, que deve ser dona do processo de sua elaboração em forma escrita. Nenhum preparo acadêmico ou científico dispensa o respeito devido à comunidade nas questões referentes à sua língua. Talvez a melhor qualificação para um assessor que atua junto a uma comunidade indígena seja a humildade.

Gostaria de acrescentar alguns breves pensamentos, complementando os do artigo.

Qual é o legítimo papel do assessor lingüístico, especificamente no que refere a questões ortográficas? É claro que ele não deve impor suas idéias à comunidade, mesmo sendo essas requisitadas pela linha reinante de sua disciplina ou pelas exigências de sua agenda. O que se pode fazer é indicar as várias possibilidades e suas possíveis conseqüências, às vezes, sugerindo meios pelos quais a comunidade possa fazer experiências para resolver as questões que surjam. Se houvesse este tipo de assessor quando a ortografia do inglês estava sendo elaborada (para citar um caso dos piores), o mesmo poderia ter evitado muita confusão e facilitado a alfabetização de muitas pessoas. Mesmo no caso do guarani paraguaio, se estivesse ajudando ao menos um mestrado em lingüística moderna (o que realmente não existia na época) em que foi feita uma análise rudimentar da língua, este poderia ter explicado que as posposições não precisam ser escritas junto aos vocábulos como se fossem afixos (*avápe* ‘ao homem’), mas poderiam ser escritas separadas da palavra por um hífen ou um espaço (*ava-pe* ou *ava pe*), como as preposições são escritas em muitas línguas (ao homem). O Guarani tem muitas posposições e outros elementos átonos que ocorrem no fim da locução. Em espanhol e português este tipo de elemento é quase desconhecido a não ser que seja pronominal, mas há muitos sufixos de flexão. Uma conseqüência de se escrever as posposições como afixos é que as palavras ficam mais compridas. Outra possível conseqüência, que de fato consta na escrita paraguaia, é que muitos acentos são empregados por razões sintáticas (como, por exemplo o acento agudo em *avápe*), além dos utilizados por razões lexicais.

O assessor lingüístico absolutamente não deve tentar definir a ortografia, mas, indicando as possibilidades e as possíveis conseqüências, ele poderia sugerir – não impor – experiências que podem ser conduzidas pelos alfabetizados da comunidade para resolver questões ortográficas. Em guarani mbyá, por exemplo, devido ao fato de que o fonema *h* tem uma função muito tênue na fonologia deste dialeto, os escritores fizeram uma experiência por mais de um ano, escrevendo sem *h*. Resolveram, então, trazer o *h* de volta em determinadas situações, ao contrário do que era meu pensamento como assessor lingüístico. Mas a questão foi resolvida, e até agora os leitores e escritores estão contentes com o resultado. Essas experiências ortográficas devem ser de longo termo, não conduzidas, por exemplo, durante um encontro de uma semana, mas no seio da comunidade durante vários meses ou anos.

Parece-me que, decorrente dos princípios que o Dr. Gilvan expôs, há duas obrigações que o assessor lingüístico faria bem se estivesse disposto a assumir: (1) aprender a falar a língua, e (2) trabalhar à disposição da comunidade indígena por muitos anos, pelo menos dez ou vinte.

- 1) Aprender a falar a língua é importante por duas razões. Primeiro, falando a língua, o lingüista adquire certas intuições lingüísticas que uma análise fria, acadêmica dificilmente iria captar. O

lingüista tem um débito em relação à comunidade falante de pelo menos tentar conseguir este grau de conhecimento da língua. Segundo, falando a língua, a discussão da ortografia e outras questões lingüísticas ficam no “turfê”, no campo de ação, da própria comunidade falante. É muito fácil, usando a língua portuguesa, a qual o assessor domina completamente, impor uma agenda sem querer e sem perceber. Quando um assunto é tratado na língua, a comunidade tem mais possibilidades de participar com compreensão. De fato, ela tem mais possibilidades de tirar a agenda da mão do assessor e fazer a sua própria, para aceitar, rejeitar, ou modificar.

- 2) Sem o compromisso de ficar um bom tempo à disposição da comunidade, poderia acontecer, como já tem acontecido, que um acadêmico ou outra pessoa aja às pressas para conseguir os resultados desejados, sem a mínima possibilidade da comunidade ver as conseqüências em tempo de reagir. Poderia, por exemplo, reformular uma ortografia que já se encontra em uso, ou “cientificamente” (prática que Dr. Gilvan condena com muita razão), ou meramente à base de seu conhecimento de português; poderia simplesmente descartar uma ortografia emergente que um povo vê como sinal e instrumento de sua identidade, e dizer que todo o mundo deve recomeçar na estaca zero; poderia “re-escrever”, a sós, para sua publicação, o que escritores indígenas produziram; ou poderia impor outra coisa qualquer, sem dar chance para a comunidade indígena digerir tudo e reagir. Tal pessoa comete um crime contra a língua e deixa atrás um caos. A elaboração de uma ortografia leva um bom tempo para a comunidade falante avaliar, deliberar e decidir: “essas direções e a velocidade da marcha têm de ser deliberadas pelos agentes culturais indígenas envolvidos no processo, e para isso, precisamos garantir espaços para a tomada de decisões” (p. 35). Portanto, mudança ortográfica não é assunto apropriado para uma tese de mestrado ou até de doutorado, muito menos para um encontro apressado de cinco dias. É muito mais séria do que isso. Ela não somente leva mais tempo, mas também precisa envolver em outro lugar: no seio da comunidade. Concordo plenamente que o acadêmico não tem direito de brincar com uma língua indígena, seja em visitas relâmpagos à comunidade indígena, seja num curso de professores indígenas, seja na universidade ou repartição pública onde atua: “os lingüistas não são donos da língua”, mas, sim, a comunidade falante.

Os pensamentos antecedentes foram escritos devido a meu papel de assessor lingüístico junto a um povo indígena, não como membro de uma ou outra organização. Mas já que sou, de fato, membro da SIL, quero comentar brevemente algumas menções dessa organização que se encontram no artigo.

- a) Acredito que, ao longo dos anos e na maioria dos casos, a prática da SIL tem seguido as recomendações do Dr. Gilvan, pelas mesmas razões que ele cita: principalmente, no que concerne a comunidade falante e seu devido papel nas decisões e processos sobre a sua língua. A orientação da SIL inclui a aprendizagem da língua, um longo compromisso para com a comunidade, a orientação de não impor idéias próprias e até repetidas retiradas do espaço indígena (p. 35). A SIL não pode, nem quer exercer controle sobre decisões lingüísticas que as comunidades indígenas devam tomar. Nem precisa fazer isso, porque a atuação típica de uma equipe da SIL proporciona tempo para a ortografia começar a emergir de uma forma natural (como “resultado e não causa do processo de criação da tradição escrita”, p. 29, ou seja, pela experiência dos escritores e leitores da própria comunidade falante), sem prazos artificiais impostos por exigências acadêmicas ou burocráticas. Se é verdade que equipes da SIL não podem controlar questões ortográficas durante sua atuação, muito menos depois de sua saída.
- b) Não é do conhecimento geral o fato de que, na prática, as equipes da SIL não seguem rigidamente a ordem ortográfica - dicionário - gramática (p. 28), pois uma boa parte das equipes só completam o dicionário e a gramática no fim de sua atuação, e suas publicações e traduções, muitas vezes, refletem evoluções ortográficas ao longo de sua produção. A ortografia elaborada durante sua atuação é quase sempre provisória e experimental. Portanto, uma ortografia definitiva não é, para a SIL, um pré-requisito sem o qual outros trabalhos não podem seguir.
- c) É claro que as equipes da SIL, como qualquer outros assessores lingüísticos, chegam com metas na mente e correm o risco de impor práticas ortográficas mesmo sem querer. O que acontece no seu caso é que, ao longo de sua atuação, a comunidade indígena tem tempo para reagir contra, e efetivamente corrigir, quaisquer práticas ortográficas que não sejam convenientes.